



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131146-6

207

COMARCA: CUPIRA - PE

APELANTE: JAIME JEOVÁ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

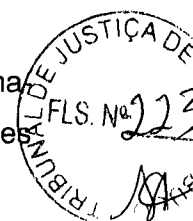
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA CONVOCADA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. DISPARO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO MATERIAL. PLEITO ABSOLUTÓRIO. ALEGAÇÃO DE QUE O APELANTE NÃO FOI ENCONTRADO PORTANDO NENHUMA ARMA E DE QUE A PROVA TESTEMUNHAL MOSTROU-SE CONFUSA. DESCABIMENTO. CONFISSÃO QUANTO AO DELITO DE DISPARO DE ARMA DE FOGO E INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO NOS DEPOIMENTOS PRESTADOS. CONDENAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM AS PROVAS DOS AUTOS. DIMINUIÇÃO DE PENA. ANTECEDENTES CRIMINAIS INEXISTENTES. REPARO QUE SE IMPÕE. DECISÃO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO PARA MANTENDO A CONDENAÇÃO, REDUZIR A PENA IMPOSTA.

1. A prática do delito de arma de fogo pelo apelante restou satisfatoriamente comprovada, haja vista sua confissão.

2. Apesar de negado pela apelante, há nos autos provas suficientes para condená-la pelo delito de roubo com emprego de arma de fogo, relatado com detalhes pela vítima e testemunhas que em momento se mostraram confusas.



3. A diminuição da pena-base faz-se imperiosa, tendo em vista que os antecedentes e a conduta social são favoráveis ao apelante, ao contrário do que afirmou o magistrado *a quo* em sua sentença.

208

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0131146-6, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso interposto, para, mantendo a condenação, diminuir a pena aplicada para 07 (sete) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 11 de Dez de 2009.


Marco Antônio Cabral Maggi
Des. Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131146-6

COMARCA: CUPIRA - PE

APELANTE: JAIME JEOVÁ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA CONVOCADA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

209

RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta por **JAIME JEOVÁ DA SILVA** em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cupira que o condenou à pena de 08 (oito) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa pela prática dos delitos previstos nos artigos 15, da Lei 10.826/03 e 157, §2º, inciso I c/c 69, ambos do Código Penal.

Em suas razões recursais, às fls. 171/173, asseverou o apelante, primeiramente, que não há registro de antecedentes criminais em seu desfavor, apesar do magistrado afirmar o contrário. Quanto ao crime de disparo de arma de fogo, pleiteou por sua absolvição, alegando que não foi encontrado portando qualquer arma de fogo. E, caso não fosse esse o entendimento, requereu a diminuição da pena para a mínima possível. Em relação ao delito previsto no art. 157, §2º, inciso I, do Código Penal, aduziu o apelante que a prova testemunhal não se prestou para incriminá-lo, pois se mostrou confusa ao detalhar o fato criminoso. Subsidiariamente, pugnou pela redução da pena.

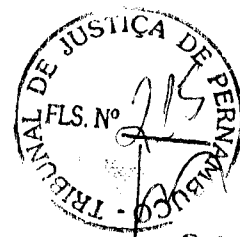
O Ministério Público, em sede de contra-razões às fls. 183/187, requereu a confirmação da sentença em todos os seus termos.

dad. /

O douto Procurador de Justiça Criminal ofereceu parecer às fls. 202/204, opinando para negar-se provimento ao apelo.

É O RELATÓRIO.

À Douta Revisão.



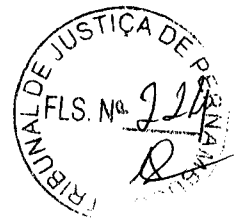
210

Recife, 15 de Setembro 2009.

Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0131146-6

211

COMARCA: CUPIRA - PE

APELANTE: JAIME JEOVÁ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADORA CONVOCADA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

VOTO

Srs. Desembargadores,

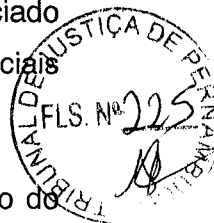
Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, o apelante, condenado à pena de 08 (oito) anos de reclusão e 50 (cinquenta) dias-multa pela prática dos delitos previstos nos artigos 15, da Lei 10.826/03 e 157, §2º, inciso I c/c 69, ambos do Código Penal, interpôs o presente recurso de apelação, pugnando por sua absolvição e, subsidiariamente, pela redução da pena aplicada.

Segundo a peça acusatória juntada às fls. 02/04, o apelante, juntamente com outro indivíduo, assaltou, mediante o uso de arma de fogo, o Sr. João Batista dos Santos que se encontrava em uma moto, na via pública, conversando com outra pessoa, levando dele a quantia de R\$ 300,00 (trezentos reais), um capacete, uma jaqueta de cor preta e cerca de 130 cartões de crediários.

Narrou ainda a exordial, que o apelante, juntamente com o outro indivíduo, assaltou o mercadinho da Sra. Maria da Paz de Lira Pereira, levando dela a quantia de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Por fim, explanou o membro do *Parquet* que no mesmo dia o denunciado efetuou disparo de arma de fogo em uma avenida, oportunidade na qual os policiais ouviram o tiro e seguiram atrás do apelante, conseguindo então prendê-lo.



Em análise aos autos, tenho que não merece prosperar o pleito absolutório do apelante.

212

A prática do crime de disparo de arma de fogo é matéria incontroversa nos autos, consubstanciada no auto de apresentação e apreensão à fl. 20 e no auto de exame de eficácia à fl. 33, corroborada pela confissão do apelante realizada tanto na fase inquisitorial como na judicial.

Nas declarações prestadas pelo apelante no auto de flagrante delito consta (fl. 18) que: *"segundo o conduzido, na noite de ontem, (05.04.04), trafegava no mutirão, quando três cachorros procurou morder o mesmo, tendo o conduzido efetuado um disparo de arma de fogo, tipo revólver, calibre 38 Special, já descrito acima; QUE, segundo o conduzido, policiais militares ao escutarem o disparo, entraram em perseguição ao conduzido presente, momento em que este correu, procurando livrar-se da culpa, porém os policiais encontraram o conduzido que pulou um muro de uma residência, escondeu-se, e procurou esconder a arma."*

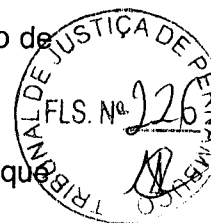
Outrossim, em juízo (fl. 56), disse o apelante que *"só confirma a parte de que diz respeito a arma."*

Saliente-se ainda que em suas alegações finais (fl. 155) a própria defesa afirmou que o acusado devia responder apenas pelo crime de disparo de arma de fogo.

Impende destacar que a arma de fogo, ao contrário do alegado pelo apelante em suas razões, foi sim com ele apreendida no momento de sua prisão em flagrante, conforme auto de apresentação e apreensão à fl. 20 e afirmado pelos policiais responsáveis pela prisão. Vejamos nesse sentido a declaração prestada em juízo pelo policial Udimar Cordeiro da Silva: *"(...); que foi pego com o denunciado um revólver calibre 38 municiado e somente uma cápsula deflagrada"*.

Vale enfatizar que o próprio apelante no auto de flagrante delito à fl. 18 disse: *"QUE, mostrada a epigrafada, o conduzido reconhece como sendo a arma de sua propriedade; QUE, não tem registro nem porte da arma apreendida"*.

Por todo o exposto, verifica-se que é inconteste a prática do delito de disparo de arma de fogo pelo apelante.



Em relação ao delito de roubo com emprego de arma de fogo, verifico que também não merece guarida o pedido absolutório do apelante.

Primeiramente, impende esclarecer que o apelante não foi condenado pelo crime de roubo praticado contra a Sra. Maria da Paz, pois, considerou o magistrado como insuficiente a prova da materialidade. Foi então o apelante condenado tão somente pelo crime praticado contra o Sr. João Batista e apenas em relação à jaqueta de cor preta, por ser essa a única coisa apreendida.

213

Analisando o acervo probatório, vê-se que com acerto decidiu o juiz *a quo* ao condenar o apelante pelo referido roubo, pois, a materialidade do delito encontra-se devidamente comprovada por meio do auto de apresentação e apreensão (fl. 20), pelo autos de reconhecimento (fl. 26), pelo auto de entrega (fl. 28) e pelo auto de avaliação (fl. 31).

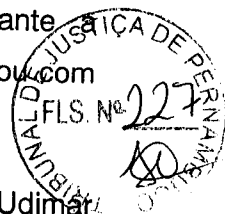
Do mesmo modo, apesar de negada pelo apelante, a autoria restou evidenciada pela prova deponencial produzida ao longo da instrução criminal. Em análise ao conteúdo dos autos, percebe-se que o depoimento prestado pelo apelante não encontra respaldo no acervo probatório.

Ademais, ao contrário do alegado pelo apelante em suas razões recursais, a prova testemunhal não se mostrou confusa em momento algum, sendo condizente com os demais elementos de provas.

Vale aqui transcrever parte das declarações prestadas perante a autoridade policial pela vítima João Batista dos Santos (fl. 17): *"QUE, no dia de hoje, a vítima tomou conhecimento através de policiais de que um indivíduo havia sido preso na noite de ontem e encontrava-se nesta Delegacia de Polícia, quando a vítima veio até esta Delegacia e reconheceu o conduzido presente como sendo um dos autores do roubo praticado a sua pessoa no dia de ontem"*.

No auto de reconhecimento à fl. 26, a vítima João Batista dos Santos reconheceu o apelante como sendo o autor do crime de roubo.

Outrossim, os depoimentos prestados pelos policiais militares perante a autoridade policial e em juízo em momento algum foram contraditórios entre si ou com as demais provas colhidas ao longo da instrução.



Nesse sentido, vejamos o depoimento prestado em juízo pelo policial Udimar Cordeiro da Silva: "que confirma seu depoimento de fls. 15 dos autos, prestado na Depol; que o denunciado estava com a jaqueta da vítima; que o casaco de napa preta foi devolvida a vítima na Depol; (...)".

214

Do mesmo modo se pronunciou o policial Rivaldo Chaves Gomes perante o juiz dizendo que: "confirma seu depoimento na Depol de fls. 13 dos autos; que a jaqueta roubada pelo denunciado foi devolvida a vítima na Depol; (...)".

Vê-se, assim, que há nos autos provas suficientes para a condenação do apelante tanto pelo delito de disparo de arma de fogo, como pelo roubo com emprego de arma de fogo.

Mantendo assim a condenação, passo a analisar o *quantum* da pena fixada na sentença.

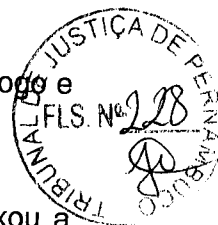
Em suas razões de apelo, pugnando pela redução da reprimenda aplicada, aduziu o apelante que, ao contrário do que afirmou o juiz de primeiro grau ao proceder com a análise das circunstâncias judiciais, não há antecedentes criminais em seu desfavor.

Examinando a dosimetria realizada na sentença ora combatida (fl. 163), verifico que a irresignação do apelante merece prosperar, pois o MM. Juiz de direito, ao fixar a pena-base dos delitos, considerou, equivocadamente, como antecedentes a certidão de fls. 76 que, segundo explanado pela douta procuradora em seu parecer à fl. 204, refere-se exatamente ao feito em análise, não podendo, portanto, ser considerada como antecedentes e tampouco reincidência. Outrossim, entendeu o magistrado sentenciante que a conduta do apelante mostrou-se desvirtuada para a prática de outros delitos, o que não condiz com a realidade dos autos, pois, também como exposto pela douta procuradora, as testemunhas arroladas pela defesa afirmam que o apelante possui bons antecedentes, devendo tais depoimentos serem considerados na análise dos antecedentes e da conduta social do réu.

Desse modo, ao contrário do que entendeu o magistrado *a quo*, não podem ser considerados desfavoráveis ao apelante a sua conduta social e os seus antecedentes.

Pelo exposto, vê-se que a pena-base aplicada para o disparo de arma de fogo e para o roubo não foi bem dosada, merecendo reparo.

215



Na sentença, o magistrado, para o crime de disparo de arma de fogo, fixou a pena-base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, não considerando, contudo, os bons antecedentes e a conduta social favorável ao acusado. Sendo assim, avaliando as circunstâncias judiciais do art. 59, do Código Penal, e tendo em vista que a pena abstrata prevista para crime de disparo de arma de fogo é de 02 (dois) a 04 (quatro) anos de reclusão, fixo a pena-base em 03 (três) anos de reclusão. E, considerando a atenuante da confissão, diminuo em 06 (seis) meses, tornando-a assim definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão já que não há outras circunstâncias atenuantes e agravantes e nem causas de aumento e de diminuição a serem observadas.

Do mesmo modo, merece reparo a pena de multa estipulada pelo juiz sentenciante em 30 (trinta) dias-multa e atenuada pela confissão para 20 (vinte) dias-multa. Logo, diante das circunstâncias judiciais, fixo a pena de multa em 25 (vinte e cinco) dias-multa e, aplicando a atenuante da confissão, torno-a definitiva em 15 (quinze) dias-multa para o crime de disparo de arma de fogo, com valor unitário do dia-multa de 1/30 do salário mínimo à época do fato.

Outrossim, impõe-se a reforma da pena-base aplicada para o delito de roubo, já que o magistrado fixou a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão, não ponderando que os bons antecedentes e a boa conduta social são favoráveis ao apelante. Sendo assim, considerando que a pena privativa de liberdade prevista no art. 157, do Código Penal é de 04 (quatro) a 10 (dez) anos de reclusão, estipulo a pena-base em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Registre-se que o magistrado sentenciante ao seguir com o sistema trifásico, não considerou o emprego de arma de fogo, previsto no inciso I, §2º, do art. 157, o que nessa instância não pode ser suprido devido à ausência de apelo por parte da acusação. Logo, em face da inexistência de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como de causas de aumento e de diminuição, torno a pena-base definitiva em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Seguindo o posicionamento aqui defendido, entendo pertinente adequar a pena de multa para o crime de roubo. Fixada na sentença em 30 (trinta) dias-multa, reduzo a

pena para 25 (vinte e cinco) dias-multa com valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.



Por fim, aplicando a regra do concurso material disposta no art. 69, do Código Penal, resulta a pena definitiva em 07 (sete) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa.

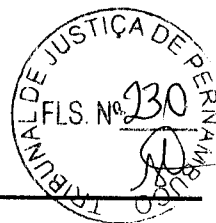
216

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **dar parcial provimento** ao recurso interposto pelo apelante, para, mantendo a condenação, reduzir a pena imposta e fixa-la definitivamente em 07 (sete) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, a base de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 131.146-6

217

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JAIME JEOVÁ DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente

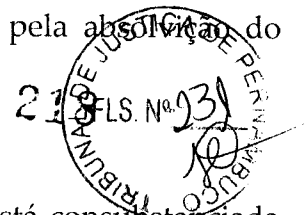
Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de apelação criminal voltada contra a sentença de fls. 158/164, de lavra do Exmo. Sr. Juiz de Direito Comarca de Cupira, a qual julgou parcialmente procedente a denúncia, com o fim de condenar **JAIME JEOVÁ DA SILVA**, conhecido por "Gargamel", como incursos nas sanções do art. 15 da Lei nº 10.826/03 e art. 157, § 2º, I, c/c art. 69 do Código Penal.

Inconformado com os termos da sentença condenatória, **JAIME JEOVÁ DA SILVA** interpôs, por intermédio de advogados, recurso de apelação, cujas razões se encontram às fls. 172/173 dos autos. A defesa alega, inicialmente, que o apelante não registra antecedentes criminais, apesar da sentença recorrida afirmar o

contrário. Em relação ao crime de disparo de arma de fogo, assevera que não foi encontrada nenhuma arma de fogo com o recorrente, razão pela qual deve o apelante ser absolvido. Quanto à imputação do crime de roubo, argumenta que a prova testemunhal colhida se mostrou confusa e incongruente ao narrar o fato, não se prestando para lastrear o decreto condenatório. Pugna, ao final, pela absolvição do recorrente ou, alternativamente, a redução da sua pena.



A materialidade do ilícito imputado ao apelante está consubstanciada no Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 20 e na Perícia Química (residuográfica) confeccionada por Peritos Criminais do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico (fls. 40/43).

Por outro lado, a autoria, ao contrário do afirmado pela defesa, encontra-se sobejamente provada em face do robusto acervo probatório coligido aos autos.

A vítima João Batista dos Santos narrou perante a autoridade policial como se deu a investida do apelante (fl. 17):

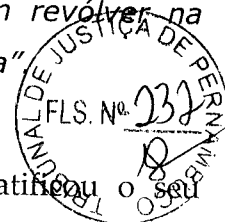
"(...) Que por volta das 15:00 horas de ontem 05/04/2004, encontrava-se em uma moto, na Rua Moacir Soares, nesta cidade, quando chegou o conduzido presente e outro indivíduo de cor morena, magro, 1,65 cm aproximadamente, de bonés, ambos a pés, armados de revólveres, anunciaram um assalto, levando da vítima aproximadamente uns cento e trinta cartões de crediários, um capacete Samarino de cor preta, uma jaqueta de cor preta e importância de R\$ 300,00 (trezentos reais) aproximadamente em espécie; Que após o fato saíram caminhando normalmente".

A Sra. Maria da Paz de Lira Pereira, também vítima do apelante, descreveu como se deu o fato delituoso (fl. 16):

"Que por volta das 18:00 horas de ontem 05/04/2004, encontrava-se em um Mercadinho de propriedade da vítima, localizado no endereço acima, quando chegaram o conduzido presente e outro anunciando um assalto, sendo que o

conduzido presente portando uma arma de fogo tipo revólver; que os indivíduos levaram da vítima R\$ 380 (trezentos e oitenta reais) em espécie e um rádio portátil de cor cinza, de marca não lembrada pela vítima; que segundo a vítima o conduzido presente, a todo momento a ameaça a vítima com um revólver na cabeça da mesma, alegando que se ela não desse o dinheiro a mataria".

219



Em juízo, a vítima Maria da Paz de Lira Pereira ratificou o seu depoimento prestado na fase inquisitorial (fl. 69):

"Confirma seu depoimento de fl. 16 dos autos, prestado na Depol; que reconheceu o acusado na Depol; que não recuperou o dinheiro e também o rádio; que não conhecia nenhum dos dois meliantes; que o denunciado usou a seguinte frase "SE A PARADA DELE DESSE ERRADO ESTOURAVA SEUS MIOLOS ALI MESMO".

O policial militar Udimar Cordeiro da Silva, por sua vez, quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito, narrou como se deu a prisão do recorrente (fl. 15):

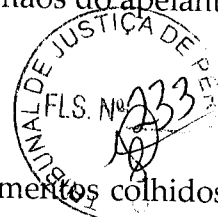
"Por volta das 22:30 horas de ontem, 05/04/04, encontrava-se de serviço nesta cidade, quando trafegava no mutirão, nesta cidade, escutou um disparo de arma de fogo e ao certificar-se o que se tratava, poder presenciar o conduzido presente correndo, e ao perseguir o mesmo, encontrou-o escondido dentro de um muro de uma residência, o qual estava deitado; que ao lado do conduzido foi encontrada a arma já descrita. (...) Que foi encontrado com o conduzido uma jaqueta de napa, cor preta, de propriedade da vítima João Batista dos Santos, cujo objeto havia sido furtado pelo conduzido na tarde de ontem; que é do conhecimento do depoente que o conduzido também assaltou um mercadinho nesta cidade".

Neste contexto, não merecem prosperar as alegações esgrimidas na peça recursal. Com efeito, e ao contrário do afirmado pela defesa, as provas carreadas aos autos se afiguram mais do que suficientes para embasar o decreto condenatório impugnado.

Quanto às provas materiais, temos que o Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 20 descreve claramente o revólver que foi apreendido em poder do apelante, afastando quaisquer dúvidas acerca da existência da referida arma, já que a

defesa sustenta que tal arma não existia. De outra banda, a perícia residuográfica acusou resultado positivo para a presença de nitrato nas amostras remetidas pela Delegada de Cupira, fato que permite concluir que foi encontrado nas mãos do apelante resíduo de pólvora resultante de disparo de arma de fogo.

220



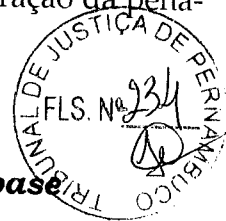
Em relação à prova testemunhal, temos que os depoimentos colhidos, tanto na fase inquisitorial quanto na fase judicial, são firmes, coerentes e seguros no sentido de apontar o apelante como sendo o autor dos crimes narrados na preambular acusatória.

No que tange à dosimetria da pena fixada na sentença em testilha, no entanto, cuido que a insurgência recursal merece albergue. A defesa alega que o juiz processante considerou que o apelante registrava antecedentes ao proceder o exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, quando, em verdade, o réu possuía bons antecedentes criminais.

Esguardando a decisão hostilizada, verifica-se que o juiz do primeiro grau, ao efetuar a dosimetria da pena, efetivamente considerou que a certidão de fl. 76 registraria antecedentes desabonadores em desfavor do réu. Ocorre que, à toda evidência, os registros estampados na referida certidão dão conta exatamente dos delitos descritos na denúncia, razão pela qual não podem ser considerados como antecedentes criminais. Pelo exposto, o exame dos antecedentes do apelante, ao ser efetuada a dosimetria da pena a ser aplicada, deve ser favorável.

Da mesma forma, observa-se que o magistrado monocrático, ao analisar a conduta social do réu, valorou negativamente a referida circunstância judicial sob o argumento que a conduta do apelante se mostraria desviada para a prática de outros delitos. À toda evidência, o prolator da decisão recorrida se utilizou de elementos inerentes ao próprio tipo penal para reputar desfavorável a conduta social do réu, pois fez menção explícita aos crimes pelos quais foi o recorrente denunciado,

descurando de apontar concretamente as razões que motivaram a exasperação da pena-base. O Colendo STJ tem se pronunciado no mesmo sentido:



Não se mostra possível aumentar a pena-base com base em circunstâncias inerentes ao próprio tipo penal, sob pena de inegável bis in idem.

221

(HC 87.138/RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 29/06/2009, DJe 21/09/2009)

Dentro destes parâmetros, a redução da pena-base, em relação a ambos os delitos pelos quais foi o réu condenado, é providência que se mostra afeiçoada às peculiaridades do feito.

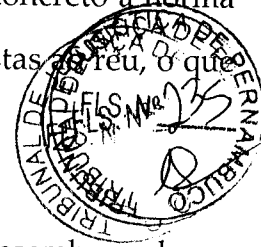
Em relação ao crime tipificado no art. 15 do Estatuto do Desarmamento, temos que a sentença recorrida fixou a pena-base do réu em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão. Levando em consideração a valoração positiva quanto aos antecedentes e a conduta social do recorrente, a redução da pena-base para 3 (três) anos se mostra mais compatível com a realidade dos autos. Em seguida, nos mesmos moldes esposados na sentença, a pena deve reduzida em 6 (seis) meses em face da incidência da atenuante genérica da confissão espontânea. **A pena definitiva fica, portanto, fixada em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias atenuantes ou agravantes, bem como causas de aumento e de diminuição de pena. Na mesma proporção, deve ser reduzida a pena de multa para o patamar de 15 (quinze) dias-multa.

A sentença em testilha fixou a pena-base em relação ao crime de roubo qualificado em 5 (cinco) anos de reclusão, razão pela qual, em face do exame favorável relativo aos antecedentes e conduta social do agente, impõe-se a redução para **4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão, que se constitui em pena definitiva** por não incidir, na espécie, qualquer circunstância atenuante ou agravante, assim como causa de

aumento ou diminuição de pena. Proporcionalmente, a pena de multa estipulada na decisão objurgada deve também ser reduzida e fixada em 25 (vinte e cinco) dias-multa.

222

Deve, por fim, incidir sobre as penas cominadas em concreto a norma contida no art. 69 do Código Penal, somando-se as reprimendas impostas ao réu, o que totaliza 7 (sete) anos de reclusão em face do concurso material.



Em face dos fundamentos aqui esposados, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, discordando parcialmente do pronunciamento ministerial, **voto pelo provimento parcial do recurso de apelação interposto por JAIME JEOVÁ DA SILVA, com o fim de reduzir a pena fixada em desfavor do réu na sentença, fixando-a em 7 (sete) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, esta fixada à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

É COMO VOTO.

Recife, 11 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Lima

Revisor